

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: **Empréstimos e recebíveis:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. **Ativo financeiro mantido até o vencimento:** O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado:** Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

25. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** a) Exposição a riscos cambiais: Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 17 de dezembro de 2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021	A partir de 2022	Total
Debêntures – IPCA	17,74%	7.250	16.087	30.386	45.437	340.689	439.849
BNDES Automático	9,68%	57.216	57.903	57.707	57.519	212.544	442.889
Risco sacado	17,18%	3.711	-	-	-	-	3.711
Fornecedores e cauções contratuais	-	26.260	-	-	-	-	26.260
Outras contas a pagar	-	637	-	-	-	-	637
Fornecedores partes relacionadas	-	504	-	-	-	-	504
		<u>95.578</u>	<u>73.990</u>	<u>88.093</u>	<u>102.956</u>	<u>553.233</u>	<u>913.850</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	Total
Debêntures – IPCA	17,74%	-	-	-	7.250	7.250
BNDES Automático	9,68%	17.354	13.288	13.288	13.286	57.216
Risco sacado	17,18%	3.711	-	-	-	3.711
Fornecedores e cauções contratuais	-	21.681	1.526	1.526	1.526	26.259
Outras contas a pagar	-	637	-	-	-	637
Fornecedores partes relacionadas	-	504	-	-	-	504
		<u>43.887</u>	<u>14.814</u>	<u>14.814</u>	<u>22.062</u>	<u>95.577</u>

26. Informações por Segmento de Negócio – A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento/Redução em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Receita de aplicações financeiras	30	38	46
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(20.836)	(26.045)	(31.254)
Juros a incorrer líquido(*)	(20.836)	(26.045)	(31.254)
IPCA	2,79%	3,49%	4,19%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(4.814)	(6.017)	(7.220)
Juros a incorrer líquido(*)	(4.814)	(6.017)	(7.220)
Juros a incorrer (*)	(25.620)	(32.024)	(38.428)

Fonte dos índices: Relatório Focus do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. c) Risco de crédito: Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$5.448 (R\$4.454 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar e Autoexpreso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. d) Risco de liquidez e gestão de capital: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021	A partir de 2022	Total
Debêntures – IPCA	17,74%	7.250	16.087	30.386	45.437	340.689	439.849
BNDES Automático	9,68%	57.216	57.903	57.707	57.519	212.544	442.889
Risco sacado	17,18%	3.711	-	-	-	-	3.711
Fornecedores e cauções contratuais	-	26.260	-	-	-	-	26.260
Outras contas a pagar	-	637	-	-	-	-	637
Fornecedores partes relacionadas	-	504	-	-	-	-	504
		<u>95.578</u>	<u>73.990</u>	<u>88.093</u>	<u>102.956</u>	<u>553.233</u>	<u>913.850</u>

são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade. **27. Garantias e Seguros** – A Sociedade, por força contratual, mantém regu-

larizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	63.778

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$20.296.

28. Evento Subsequente – Abaixo relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

Data	Forma de Aprovação integralização	Ações emitidas	Valor Subscrito
22.01.2018	AGE	Dinheiro 72.072.072	40.000
			<u>40.000</u>

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Forma de Aprovação integralização	Valor integralizado
19.01.2018	AGE*	Dinheiro 2.000
22.01.2018	AGE*	Dinheiro 15.500
22.01.2018	AGE**	Dinheiro 9.000
05.02.2018	AGE**	Dinheiro 1.000
20.02.2018	AGE**	Dinheiro 10.000
		<u>37.500</u>

(*) Integralização conforme ata do dia 20 de setembro de 2017. (***) Integralização conforme ata do dia 22 de janeiro de 2018.

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Linomar Barros Deroldo
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheira

Juan Gabriel Lopez Moreno
Conselheiro

Angelo Luiz Lodi
Conselheiro

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Diretora de Relações com Investidores

Angelo Luiz Lodi
Diretor Jurídica

Contador

Alexandre Pscheidt
CRC – SC 026.791/O-5 S-PR

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Planalto Sul S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: **Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas

em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. **Ativo intangível – Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável:** O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 91% do total do ativo. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Sociedade, que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 “Concessões” que evidencia a natureza da concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 10 “Intangível”, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de fevereiro de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1SP 253.932/O-4

Deloitte.

TRIBUNA!

tribuna

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

3321.5050

QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL